

DISPUTA DE TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE PODER E OS DESAFIOS DE CONSTRUIR UMA COMUNA URBANA

Thamara Cristina Silva Freitas

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFAM e graduada em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar os desafios enfrentados por movimentos sociais que atuam na cidade de Fortaleza (Ceará), organizando comunidades em situação de vulnerabilidade social em torno de lutas por habitação e por políticas públicas que visem avanços sociais, objetivando contribuir também para a construção de uma consciência de classe entre as famílias das comunidades (juventude, trabalhadores, desempregados). As dificuldades enfrentadas por esses movimentos revelam a problemática em torno de organizar comunidades em uma cidade dominada pela violência, pelo tráfico de drogas e pelo jogo de poder político articulado entre Estado e população. A análise se volta especificamente para a comunidade Cidade Jardim, anteriormente nomeada como Comuna Urbana 17 de Abril, localizada no bairro José Walter em Fortaleza. Os problemas identificados são apresentados mediante pesquisa relacionada às experiências de militantes dos movimentos sociais que atuaram na construção da comunidade.

Palavras-chave: Movimentos sociais; comunidade urbana; habitação social; violência urbana; tráfico de drogas.

ABSTRACT

The present paper aims to analyse the challenges faced by social movements actuating in Fortaleza (Ceará), organizing communities in a situation of social vulnerability to engage the struggle for habitation and public policies for social development. It also aims to contribute for the construction of a awareness of class among the community families (the youth, workers and unemployed). The difficulties faced by these movements unveil the set of problems endured in organizing a community in a city dominated by violence, illegal drugs market and the game of political power articulated between State and people. The analysis leans specifically towards the Cidade Jardim community, formerly named Comuna Urbana 17 de Abril, situated in the José Walter district in Fortaleza. The identified problems are presented according to a research related to the experiences of members of social movements which took part in the construction of the community.

Keywords: Social movements; urban community; social habitation; urban violence; drug traffic.

INTRODUÇÃO

Os projetos em torno da construção de habitação social, sempre foram identificados, pelos movimentos sociais que tem como base a luta por moradia, como instrumentos necessários para a organização de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica na construção de mobilizações que visam transformações sociais. No Brasil, o maior movimento social que organiza famílias em torno dessa questão é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), cuja reivindicação central é a reforma agrária, pois essas famílias moram no campo e vivem basicamente de produção agrícola.

No entanto, em 2008 o MST fundou a primeira comuna urbana do movimento. A Comuna Urbana “Dom Hélder Câmara” está situada no município de Jandira, região metropolitana de São Paulo. As famílias, que hoje fazem parte da comuna, estavam sem acesso à moradia e passaram a ocupar uma área de várzea no município, anos antes de sua fundação. As famílias da comunidade contaram com a ajuda da Pastoral de Moradia quando começaram a ocupar esse espaço, mas as conquistas só se concretizaram depois que a Pastoral de Moradia e as famílias entraram em contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. O MST organizou a comunidade urbana, integrando-a aos projetos pautados pelo movimento, mas respeitando as peculiaridades que a comunidade apresentava em relação às outras ocupações do movimento, em virtude de estar situada no espaço urbano. A partir daí a comunidade passou a se identificar como comuna urbana do MST e depois de muita luta e reivindicações, a comuna conseguiu uma verba com o ministério das Cidades para a construção do assentamento¹.

Diante da experiência em Jandira, as lideranças do Movimento no estado do Ceará resolveram construir a segunda comuna urbana do MST em Fortaleza. Mas, esse projeto teve seu início com a atuação de um movimento social que militava em bairros periféricos de Fortaleza, organizando famílias em torno de solicitações por habitação, segurança e questões sociais em geral. O Movimento dos Conselhos Populares (MCP) iniciou uma atuação ainda mais in-

cisiva nas comunidades após a notícia que governo planejava a desapropriação de várias comunidades, em diversos bairros de Fortaleza, por conta das obras urbanas que seriam iniciadas ou retomadas, motivadas pela realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014. Nesse período, um núcleo do MCP se articulou com MST e grupos do movimento estudantil universitário, no intuito de somar forças e planejar o enfrentamento das remoções pensadas pelo governo.

No dia 15 de abril de 2010, os movimentos sociais, já mencionados, liderando cerca de mil famílias provenientes dessas comunidades, ocuparam um terreno desabitado no bairro José Walter em Fortaleza, fundando assim a Comuna Urbana “17 de Abril”. Embora a ocupação e a fundação da comuna tenham ocorrido no dia 15 de abril de 2010, a mesma foi nomeada “17 de Abril” porque a data é um marco na luta do MST. Em A Marcha Nacional dos Sem-Terra, Christine de Alencar Chaves explica o significado da data para o movimento.

Entre os sem-terra, 17 de abril é uma data histórica. Em 1996, mais de três mil famílias ocuparam a Fazenda Giacomet e formaram um acampamento do MST no maior latifúndio do Paraná; no mesmo dia, dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará, na chamada ‘curva do S’ da Rodovia PA-150, nas proximidades de Eldorado do Carajás³. Em 17 de abril, um ano depois, terminava em Brasília a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, uma caminhada de dois meses que começou em três diferentes pontos do território brasileiro – São Paulo, Governador Valadares e Rondonópolis –, percorreu mais de três mil quilômetros e tomou as avenidas da capital do país em manifestação no dia que se tornou data internacional de luta pela reforma agrária. Naquele 17 de abril, a Marcha Nacional parou Brasília e, em certo sentido, fez-se cumprir o mandato poético “para Brasil” (CHAVES, 2000, p. 34)

O objetivo do Movimento ao construir a comuna “17 de Abril” era iniciar uma ocupação para pleitear

1 <http://www.mst.org.br/2015/06/03/comuna-urbana-completa-10-anos-como-simbolo-de-politica-habitacional-e-integracao-social.html>

um projeto de habitação social no espaço que beneficiasse famílias em situação de vulnerabilidade ou remanescentes dessas comunidades, que estavam no alvo das remoções governamentais, bem como, famílias de outras comunidades. Mas os objetivos dos movimentos sociais que estavam unificados nesse projeto não se resumiam à conquista de moradia. O intuito ao construir a segunda comuna urbana do MST era organizar politicamente os moradores, promovendo debates sobre os problemas sociais enfrentados no meio urbano e, assim, fortalecer a luta por moradia e para a construção de uma consciência social nos demais bairros de Fortaleza.

De imediato, diversos movimentos políticos que atuavam na cidade de Fortaleza, bem como algumas lideranças de partidos políticos, apoiaram a ocupação. Mas a comunidade enfrentou diversos problemas e situações de risco. Depois de muita luta, resistência e negociações com o governo, a comunidade conquistou o projeto de habitação através do programa de habitação popular “Minha Casa Minha Vida” e os apartamentos começaram a ser construídos. Mas antes que o projeto se concretizasse totalmente, os movimentos sociais que lideravam a ocupação começaram a enfrentar diversos problemas internos na comunidade, por conta de grupos que se organizaram para a prática de crimes e tráfico de drogas, dentre outras questões analisadas a seguir.

SOBRE A PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em razão dos estudos desenvolvidos na disciplina Teoria Social do Urbano² do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. As questões abordadas na pesquisa visam analisar problemas comumente identificados em espaços urbanos: moradia, políticas sociais, comunidades em situação de vulnerabilidade, disputa de território, violência, tráfico de drogas e atuação de movimentos sociais.

É relevante destacar que a escolha de pesquisar a comunidade Cidade Jardim se deu em consequência do meu interesse em acompanhar os processos de construção e consolidação das comunas urbanas do MST desde 2010. Em janeiro de 2010, conheci e acompanhei durante uma semana a Comuna Urba-

na “Dom Hélder Câmara” em Jandira. Nessa época, a comunidade ainda estava na ocupação, vivendo em um espaço de vulnerabilidade, mas já estavam construindo o assentamento com os recursos repassados pelo Ministério das Cidades. Em abril do mesmo ano, acompanhei o processo de ocupação do terreno no bairro José Walter, em Fortaleza, liderada pelo MST e pelo MCP. Acompanhei a construção e o desenvolvimento da Comuna Urbana “17 de Abril” até um período próximo à conquista do projeto de habitação.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas realizadas com lideranças que faziam parte dos Movimentos e fundaram a comunidade e que ainda residem no local e atuam na tentativa de organização dos moradores. As informações aqui analisadas foram coletadas nessas entrevistas e refletem as experiências dos militantes. Tenho como base também as observações obtidas na minha vivência nas duas comunas urbanas.

O PROJETO DE CONSTRUIR UMA COMUNA URBANA EM FORTALEZA

Os planos dos movimentos sociais, que estavam construindo a segunda comuna urbana do MST, consistiam em continuar a organização das famílias da comunidade quando o assentamento estivesse concluído e fosse entregue. A proposta do movimento era construir uma associação de moradores na comuna, seria uma das maiores associações comunitárias da cidade de Fortaleza e a organização dessa comunidade contribuiria com as outras associações comunitárias e os movimentos de bairro que se articulavam em torno de reivindicações de projetos sociais. Os planos refletiam o histórico das lutas do MST no Brasil e dos movimentos sociais em geral.

Em poucos anos o MST expandiu-se, com o objetivo explícito de tornar-se uma organização de abrangência nacional. No MST a unidade da “luta” é tida como um esteio fundamental, o que confere peculiaridades importantes à sua estrutura organizativa e à gestão política interna: ela baliza tanto a urgência de assentar uma estrutura nacional quanto a concepção da

2 Disciplina ministrada pelo professor Fabio Magalhães Candotti, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

preeminência das decisões “do coletivo” sobre quaisquer posições individuais – divergências, por exemplo, não devem se tornar públicas. (CHAVES, 2000, p. 16)

No início, os movimentos sociais organizaram as famílias no espaço da comuna, agrupando aquelas oriundas dos mesmos bairros perto umas das outras e organizando-as em núcleos. Cada núcleo era acompanhado de perto por determinadas lideranças do movimento, responsáveis por articular os núcleos em todas as questões necessárias: resolução de pequenos conflitos, repasse de informações, organizações de questões práticas da ocupação, divisão de tarefas, debates sobre questões sociais, dentre outras. A comunidade contava um espaço ocupado pelas lideranças dos movimentos e também com um espaço comum que era utilizado para atividades como reuniões, debates e escola para as crianças da ocupação.

A comuna articulou manifestações para exigir o projeto de habitação, contando com o apoio de diversos grupos que atuavam politicamente na cidade, e por meio das negociações do MST, junto ao governo, o projeto de habitação foi aprovado em 2012. Nesse processo, os movimentos sociais passaram a contar com o apoio de alguns moradores das comunidades que começaram a se destacar, antes mesmo da fundação da comuna, quando o MCP ainda atuava nas comunidades, e passaram se firmar como lideranças entre os moradores. Essas lideranças se consolidaram cada vez mais com a vivência diária na comunidade urbana.

Quando a conquista do assentamento já estava garantida, os conflitos internos na comuna começaram a surgir. Não se tratava de pequenos conflitos, sempre presentes em qualquer comunidade, mas, de uma problemática disputa de poder entre as lideranças, na qual o uso da violência e das influências políticas acabou mudando a organização e os planos da comunidade.

RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIOS URBANOS

Conflitos sociais em razão de disputas de poder, violência, tráfico de drogas, dentre outras causas, são característicos de espaços urbanos no país. Os bairros e comunidades, sejam eles organizados ou não, não estão livres das transformações diárias propor-

cionadas por esses conflitos.

Pode-se dizer que o bairro é um espaço conhecido e reconhecido pelo conjunto de agentes que o compõem, constituindo um lugar de certezas e conveniências, onde as relações de confiança adquirem um papel significativo na ordenação da vida cotidiana dos moradores da cidade. Todos sabem, mais ou menos, como se comportar no ambiente em que moram e do qual compartilham com outras pessoas, quer gostem disso ou não. Assim, pode-se dizer que o espaço do bairro é um espaço de práticas sociais codificadas em meio a uma linguagem particular de códigos socialmente partilhados e de acordos tácitos que fazem parte de uma rotina de comportamentos adquiridos pela experiência. (PAIVA, 2007, p. 13)

O maior desafio enfrentado pelos movimentos sociais na construção da comuna urbana em Fortaleza não foi conquistar o assentamento na ocupação junto ao governo (até mesmo porque no mesmo ano aconteceriam eleições). Com a visibilidade conquistada pela ocupação, a comunidade logo passou a ser alvo de políticos que se candidataram para cargos de vereador nas eleições de 2012. Esses políticos se aproximaram da comunidade tentando conquistar votos, mas encontraram a forte resistência dos militantes dos movimentos sociais que se posicionaram totalmente contra a qualquer prática do tipo na comuna. No entanto, alguns vereadores que estavam nesse processo acabaram cooptando as lideranças de moradores que se consolidaram na construção da comuna. Essas lideranças entraram em conflito com as lideranças dos movimentos sociais, com o intuito de conseguir votos.

“São algumas pessoas que estavam lá na ocupação desde o começo, junto com a gente, chegaram a fazer parte da coordenação lá da ocupação, e nas eleições de 2012 viram que podiam ganhar mais se aliando com os vereadores, sendo cabo eleitoral e foram cooptados.” (Fala de uma das lideranças dos movimentos sociais)

Os movimentos avaliam que as lideranças dos mo-

radores foram granjeadas em razão das vantagens que vislumbravam obter por se aliar aos políticos. Essa situação revela o jogo de poder exercido por aqueles que se valem das influências da política estatal. Como o confronto com os movimentos sociais estava sendo problemático para a consolidação da aliança entre as lideranças de moradores e os políticos e para a efetivação da campanha eleitoral dentro da comuna, a alternativa encontrada pelos mesmos foi recorrer ao grupo traficante de drogas que existia entre os moradores da comunidade. As disputas de poder no território urbano se mostram, nesse processo, determinadas pela atuação de grupos que visam obter poder político e benefícios financeiros.

“Em um determinado momento, quando já estava tudo certo, umas lideranças que não eram dos movimentos se juntaram com o tráfico e com um vereador e expulsaram os dois movimentos lá de dentro. Daí ficamos organizando uma parte das famílias do lado de fora.” (Fala de uma das lideranças dos movimentos sociais).

Desde o início, os movimentos sociais sabiam que existiam, entre os moradores das comunidades, pessoas envolvidas com o crime que estavam aderindo à ocupação. Essa é uma realidade que faz parte da maioria das comunidades em situação de vulnerabilidade nos grandes e pequenos centros urbanos. Ao analisar os aspectos de estigma social e criminalidade em outro bairro de Fortaleza, o sociólogo Luiz Fábio S. Paiva identifica que a violência e a criminalidade acabam exercendo uma influência prática e determinante nas comunidades e na vida e seus moradores.

Nos últimos anos, a criminalidade no Bairro, assim como em outras áreas da periferia de grandes cidades brasileiras, tem produzido acontecimentos marcantes na vida dos moradores que se sentem coagidos mediante a ação dos bandidos. Isso tem um efeito prático na vida das pessoas vítimas das violações praticadas por bandidos e, também, daquelas que acompanham de perto esses acontecimentos. Essas situações vão além da estigmatização e afetam os laços de confiança existentes na

estruturação dos espaços urbanos. (PAIVA, 2007, p. 12)

O grupo de traficantes que participou desde o início da ocupação nunca entrou em conflito direto com os movimentos sociais, pois sabia que a presença dos movimentos era necessária para a conquista das moradias. A tensão entre os dois grupos existia, pois a disputa de poder no espaço sempre foi uma questão relevante, mas nunca houve embate direto. Os movimentos nunca entraram em conflito ou chamaram o grupo para dialogar e o grupo nunca interferiu diretamente nas articulações dos movimentos. Mas quando a construção habitacional estava garantida e as lideranças de moradores e os vereadores procuraram o grupo para enfrentar os movimentos sociais, o grupo traficante se aliou aos mesmos, visando obter vantagens financeiras e, finalmente, conquistar influência e poder na comunidade.

“Olha, tinha conflito desde o começo, mas não era algo tão crítico. Não tem como os movimentos sociais expulsarem traficantes armados. Nem o Estado faz isso. Não resolve. Mas eles também não se atrapalhavam o trabalho do movimento. A gente tinha um trunfo. Eles tinham medo que os movimentos se retirassem da ocupação e a polícia despejar. Daí todo mundo perdia, pois o governo negociava era com o MST.” (Fala de uma das lideranças dos movimentos sociais)

No caso da Comuna Urbana 17 de Abril, as disputas de poder internas e a criminalidade transformaram totalmente a comunidade. No final de 2012 os movimentos sociais foram expulsos pelo tráfico e pelas lideranças de moradores em uma ação violenta. Alguns militantes dos movimentos foram jurados de morte e muitas famílias que confiavam apenas nos movimentos sociais na direção da comuna acabaram desistindo de continuar na ocupação e tiveram que procurar lugar para morar, acabando em situações ainda mais precárias. As famílias que ficaram na comuna passaram a ser organizadas pelas lideranças de moradores e pelo tráfico.

No ano de 2015 os primeiros apartamentos foram entregues aos moradores da comunidade e as famílias que ainda estavam na ocupação receberam as

moradias. Quando foram entregues a segunda e última remessa de moradias, as famílias que tinham saindo da comunidade, junto com os movimentos sociais, voltaram e receberam suas moradias.

Nesse processo, algumas lideranças dos movimentos sociais que não foram juradas de morte, também voltaram para receber suas moradias, mas a comunidade não era mais uma comuna urbana do MST. A comunidade passou a se chamar Cidade Jardim, nome idealizado pelo projeto de moradia governamental, assim que os primeiros apartamentos foram entregues. A comunidade ficou territorialmente dividida entre os primeiros blocos de apartamentos que foram entregues, até hoje liderados pelo tráfico, e pelas lideranças de moradores, algumas delas até vieram a se candidatar para vereador.

Os outros blocos de apartamentos que foram entregues são habitados pelas famílias que ainda são organizadas pelas poucas lideranças de movimentos que moram na comunidade. Algumas lideranças do MST que moram na comunidade ainda articulam algumas mobilizações, mas não têm uma atuação constante e intensiva como antes. O núcleo do MCP que iniciou a mobilização das comunidades acabou e os militantes dissidentes do movimento entraram para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundaram a Unidade Classista, um coletivo do PCB que tem uma atuação mais ampla e possui como membros pessoas que não são filiadas ao partido, militantes que se identificam com as propostas e atuação do grupo. A Unidade Classista ainda atua na parte da comunidade não tomada pelo tráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do MST e da Unidade Classista na comunidade nos dias de hoje ainda encontra muitas dificuldades. Embora não tenha acontecido nenhum conflito entre o tráfico e as lideranças, desde que o movimento voltou para a comunidade, as disputas de poder, a divisão territorial, a criminalidade, as ameaças violentas que deixaram a marca da insegurança e da instabilidade, acabaram enfraquecendo a ação dos movimentos em torno de mobilizações e debates sobre os problemas sociais, assim como desmobilizando ainda mais as famílias em torno de lutas sociais. Alguns projetos são articulados e acabam se desenvolvendo, como a construção de cooperativas,

cursos profissionalizantes voltados para a formação de trabalhadores, mas outros encontram mais dificuldades de serem realizados, como o projeto que a Unidade Classista tem como organizar aulas voltadas para o vestibular para os jovens da comunidade. Os movimentos enfrentam diversos desafios e avançam devagar no processo de mobilização e construção de uma consciência social mais ampla entre os moradores que direcionou os objetivos da construção da comuna, em razão das disputas de poder no território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES. Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

PAIVA, Luiz Fábio S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Fortaleza, 2007.